

RESENHA:

Reunião do CONSEJ realizada em Brasília, no dia 25 de julho de 2011, nas dependências do Ministério da Justiça.

Às 9,30 horas do dia vinte e cinco do mês de julho do ano de dois mil e onze, nas dependências da sala 328 do Ministério da Justiça reuniram-se os membros do CONSEJ para a reunião extraordinária, a fim de tratar especificamente das questões relacionadas à construção de unidades penais, em particular as cadeias públicas, diante das diretrizes adotadas visando minimizar a situação relacionada às carceragens das Delegacias de Polícia. Estiveram presentes representantes dos seguintes Estados: AM; PR; RR; GO; PA; MA; CE; AL; BA; MT; PE; ES; MG, além de representantes do MJ. Aberta a reunião pelo Presidente este esclareceu as razões determinantes das deliberações a serem tomadas pelo CONSEJ, passando, na seqüência a palavra a Dra. MARIA TERESA UILLE GOMES, Secretária de Justiça do Estado do Paraná, para que esta relatasse as conclusões tomadas pelo Grupo de Estudos formado pelo CONSEJ, visando modificações nas Diretrizes relacionadas à construção, ampliação e reforma das Unidades Penais. A Dra. Teresa procedeu à exposição, cujo relatório é parte integrante desta RESENHA. O ponto crucial das discussões girou em torno das cadeias públicas, haja vista a política de gradativa absorção pelos órgãos que administram a questão prisional, posto que em muitos Estados as cadeias estão subordinadas às Secretarias de Segurança Pública, causando transtornos os mais diversos, como é o caso dos Estados do Paraná; São Paulo (que há muito vem adotando a política de absorção das carceragens das polícias pela Secretaria de Administração Penitenciária) e outros. Concluído o relatório, este foi aprovado para ser submetido ao CNPCP, o que foi feito, em reunião realizada a partir das 15,00 horas. Antes do término da reunião na parte da manhã, compareceu o Exmo. Sr. Ministro, junto com o Diretor Geral do DEPEN o qual expôs a forma como a questão relacionada à necessidade de verbas está sendo conduzida, conclamando os Estados para se irmanarem em solver os diversos problemas, posto que é comum a todas as Unidades da Federação. Na seqüência, perante os integrantes do CNPCP a Dra. Maria Teresa deu continuidade à exposição, conclamando os integrantes desse Órgão para o estudo das modificações que se fazem necessárias. Deliberou o CNPCP a formação de uma Comissão, conforme consta do relatório/proposta formulada pelo CONSEJ e parte integrante desta Resenha. Ficou deliberado, ainda, que a Comissão conjunta CONSEJ/CNPCP/DEPEN se reunirá em Brasília em 15 de agosto para deliberar quanto à proposta final que será levada ao CNPCP na reunião a ser realizada no Rio de Janeiro no mês de setembro.

.....